

## Fernando Molica

### Ministros do STF não estão acima da lei

As discussões sobre desvios éticos de ministros do Supremo Tribunal Federal reforçam a necessidade de ampliação do grau de transparência na corte. É preciso apurar o que foi tratado em reunião de Alexandre de Moraes com o Banco Central e criar um código de conduta para os integrantes da corte.

Não pode haver qualquer suspeita em relação ao comportamento de pessoas que integram a mais alta instância do Judiciário, que têm o poder supremo de mandar prender e mandar soltar, que decidem o destino de bilhões e bilhões de reais.

Há medidas simples que deveriam ser adotadas de maneira imediata, como a divulgação obrigatória de todas as agendas dos ministros e os temas que serão tratados nas respectivas reuniões. Em nota, Moraes afirma que os encontros com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e dirigentes de bancos e de entidades do setor foram para tratar de efeitos da aplicação da Lei Magnistiky contra ele.

Assim, eles trataram de algo de interesse público, logo, isso teria que estar devidamente registrado em agenda. Até porque não faria sentido o presidente do BC dar uma espécie de assessoria para um ministro do STF. O próprio Código de Ética da Magistratura Nacional determina:

“A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei.” Ou seja, atividades que não tenham sigilo protegido por lei têm que ser divulgadas — o STF informou que Moraes não divulga sua agenda.

A informação da colunista Malu Gaspar, de O Globo, de que Moraes manteve quatro conversas com

Galípolo para tratar do Banco Master — que mantinha contrato milionário com o escritório da mulher do ministro — é grave demais para não ser apurada.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, tem a obrigação de determinar uma investigação sobre o tema, de ouvir todas as partes envolvidas. Não pode persistir a suspeita de que um ministro da suprema corte brasileira tenha agido para beneficiar um banco, ainda mais uma instituição que tem sua mulher sob contrato. O fato de o STF ter o direito de errar por último não dá ao tribunal o direito de errar de maneira dolosa.

Não é razoável também que integrantes da corte não estejam submetidos a princípios de conduta que regem servidores da administração direta. Se um presidente da República não pode receber presentes acima de determinado valor, por que o ministro Dias Toffoli, pode pegar carona em jatinho de empresário para ver a final da Libertadores? O fato de um advogado do Banco Master estar no voo só piora a situação.

Já passou da hora de se estabelecer um código de conduta específico para integrantes das altas cortes, cujas decisões têm poder de gerar jurisprudência. Não se pode proibir que parentes de integrantes do STF exerçam a advocacia, mas é necessário impedir que tais ministros tenham qualquer tipo de contato com essas causas.

Alexandre de Moraes, o STF e o Tribunal Superior Eleitoral tomaram, nos últimos anos, decisões fundamentais para preservar a democracia no país, garantiram as eleições, a posse dos eleitos e impediram um golpe de Estado. Mas isso não coloca o ministro e seus colegas acima da lei; como qualquer cidadão, precisam prestar contas de seus atos. A sociedade não merece um STF sob suspeita.

## Tales Faria

### Motta assume namoro com Lula na posse de Feliciano

Título desta coluna na quarta-feira, 17: “Lula e Motta começam acerto e governo poupa R\$ 21 bi.”

O texto chamava atenção para a mudança de postura do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), até então não percebida pela mídia.

Motta iniciou sua maratona política daquela semana colocando em votação, na segunda-feira, 15, o projeto que liberou dos cálculos da meta fiscal os gastos de saúde e educação cobertos pelo Fundo Social. No mesmo dia ele deu a largada na fase final da reforma tributária, aprovada no dia seguinte.

Na terça-feira, comandou a reunião de líderes em que foram adiados para o ano que vem, como queria o governo, dois projetos: a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública e o Projeto de Lei conhecido como PL Antifacção, que fora alterado pelo Senado e voltou para a Câmara.

No mesmo dia ele recebeu em seu gabinete o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Fecharam os últimos detalhes para aprovação — madrugada a dentro — de outro projeto considerado fundamental pelo governo: o corte linear de cerca de 10% em parte dos gastos tributários. Uma poupança anual de R\$ 21 bilhões para os cofres públicos que permitiu fechar o Orçamento de 2026.

Nas semanas anteriores, Motta estava às turmas com o governo e desgastado com a opinião pública. O que mudou? A coluna contou que a causa foi um chamado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o encontro no domingo anterior, dia 14.

Na presença de Haddad, os dois acertaram ponteiros para fechar em paz o ano de 2025 e começarem

2026. Mas não acertaram só a pauta da Câmara.

Na quinta-feira, 18, Lula anunciou que o ministro do Turismo, Celso Sabino, deixava o cargo. Seria substituído por Gustavo Feliciano, filho do deputado federal Damião Feliciano (União Brasil-PB).

A coluna sublinhou, no dia 18, que Feliciano “foi indicado e não foi” pela bancada do União Brasil. Motivo do sim e não: “Gustavo Feliciano também foi apadrinhado por um político de peso de fora do partido, [...] o presidente da Câmara, Hugo Motta”.

O acerto definitivo, contava o texto, ocorreu naquele domingo, 14, do encontro em que Lula e Motta acertaram os ponteiros para votação dos projetos da virada do ano. Motta apadrinhou Feliciano, mas não assumia publicamente.

Só assumiu na cerimônia de posse desta sexta-feira, 23. Compareceu ao ato no Palácio do Planalto, sentou-se ao lado de Lula e discursou sobre os novos tempos entre governo e a Câmara.

“Não tivemos um ano fácil, foi um ano de [...] embates, mas o ano que o Congresso Nacional não faltou ao governo do senhor. Nós tivemos aprovações importantes que dão ao senhor a certeza de que o governo encerra o ano muito melhor do que iniciou”, disse Hugo Motta. E completou:

“Gustavo terá o apoio [...] da Câmara dos deputados para ajudar à sua gestão [...]. Eu não tenho a menor dúvida de que, juntos, nós vamos construir essa gestão, esse trabalho que, com certeza, fará valer a confiança que o senhor [o presidente Lula] está tendo no querido Gustavo Feliciano.”

## EDITORIAL

### É tempo de desacelerar e unir

O Natal chega como um raro convite à desaceleração. Em um ambiente marcado por agendas intensas, decisões estratégicas, disputas políticas e pressões constantes, a data propõe um movimento contrário ao do resto do ano: reduzir o ritmo, silenciar os excessos e voltar a atenção para o que realmente importa. Não é um chamado à indiferença, mas à consciência. Um tempo em que diferenças podem ser momentaneamente colocadas de lado para dar espaço à convivência.

Ao longo do ano, opiniões se confrontam, lados se definem e debates se acirram. Isso faz parte da vida pública, da economia e da política, campos naturalmente movidos por interesses distintos e visões divergentes. No entanto, o Natal lembra que nenhum projeto, nenhuma ideia e nenhuma estratégia se sustentam sem laços humanos preservados. É nesse ponto que a pausa se torna necessária, não como fuga, mas como equilíbrio.

Este é o momento de olhar para dentro de casa. De valorizar a família, os amigos, os encontros que o cotidiano frequentemente adia. É também tempo de comemorar mais um ciclo concluído. Um ano que trouxe desafios, mas tam-

bém conquistas. Um período marcado por decisões acertadas, erros que ensinaram e experiências que ampliaram a visão sobre pessoas, negócios e a própria vida.

Celebrar o Natal é reconhecer o valor do percurso. Os sucessos merecem ser celebrados com gratidão. Os aprendizados, mesmo os mais duros, precisam ser assimilados com maturidade. Cada etapa vencida reforça a importância da persistência, da responsabilidade e do compromisso com o futuro. A reflexão que a data inspira não é apenas pessoal, mas coletiva. Uma sociedade que sabe parar para refletir é mais capaz de avançar com equilíbrio.

Em um tempo de tantas urgências, o Natal devolve a noção de prioridade. Lembra que o diálogo é mais produtivo que o confronto permanente, que a escuta fortalece relações e que a convivência respeitosa é um ativo indispensável, seja na vida privada, seja na esfera pública. Desacelerar não significa retroceder, mas preparar-se melhor para os desafios que virão.

Que este período seja vivido com serenidade, gratidão e esperança. Que as celebrações reforcem laços, renovem energias e tragam clareza para o novo ano que se aproxima. Feliz Natal.

## Opinião do leitor

### Natal

O Natal é tempo de esperança e reflexão. Que este clima permita-nos refletir o ano que se encerra renovando a esperança de novos tempos. 2026 repleto de esperança e fé na vida!

José Ribamar Pinheiro Filho  
Brasília - Distrito Federal